

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):  
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;  
v. 3)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-2654  
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,  
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

**Bianca Camargo Martins**

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR  |           |
| Ana Licks Almeida<br>Ariadne Moraes Silva<br>Márcia Maria Couto Mello  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917041</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>18</b> |
| ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC  |           |
| Maria Luiza Daniel Bonett<br>Raquel Weiss  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>39</b> |
| QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO   |           |
| Simone Back Prochnow<br>Silvio Belmonte de Abreu Filho   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917043</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>54</b> |
| ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA |           |
| Julia Cristina Bueno Miranda<br>Liza Maria Souza de Andrade  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917044</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>73</b> |
| CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL   |           |
| Thiago José Vieira Silva<br>Simone Queiroz da Silveira Hirashima   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917045</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>83</b> |
| PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS  |           |
| Raí Vinícius Santos  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917046</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....  | <b>95</b> |
| PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?  |           |
| Wilton de Araujo Medeiros  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917047</b>   |           |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>101</b> |
| VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA   |            |
| Renata Bacelar Teixeira<br>Sidney Diniz Silva<br>Renata Silva Cirino   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917048</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>117</b> |
| ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO   |            |
| Adilson Costa Macedo<br>Jessica Lorellay Cuscan Guidoti  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917049</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>137</b> |
| OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE   |            |
| Renata Bacelar Teixeira<br>Ednei Soares<br>Talita Queiroga   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170410</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>153</b> |
| INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL                                     |            |
| Carolina Guida Cardoso do Carmo  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170411</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>168</b> |
| PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM                                    |            |
| César Henriques Matos e Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170412</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>184</b> |
| REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR   |            |
| Gabriela de Azevedo Marques<br>Marcela Monteiro dos Santos<br>Thais Oliveira Ponte   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170413</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>200</b> |
| ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH) |            |
| Janayna Priscilla Vieira Guimarães<br>Pedro Renan Debiazi  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170414</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>208</b> |
| ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER   |            |
| Herena Marina Schüler   |            |
| Jessie Tuani Caetano Cardoso  |            |
| Isabela Fernandes Andrade   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170415</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>221</b> |
| A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE  |            |
| Juan Pedro Moreno Delgado   |            |
| Jamile de Brito Lima  |            |
| Liniker de Jesus Barbosa  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170416</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>234</b> |
| INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS   |            |
| Zamara Ritter Balestrin,  |            |
| Alice Rodrigues Lautert   |            |
| Luis Guilherme Aita Pippi   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170417</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>252</b> |
| GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA   |            |
| Samira Alves dos Santos   |            |
| Emmanuel Paiva de Andrade   |            |
| Carina Zamberlan Flores   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170418</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>268</b> |
| A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017 |            |
| Isabela Baracat de Almeida  |            |
| Roberto Righi   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170419</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....  | <b>281</b> |
| A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING  |            |
| Tarciso Binoti Simas  |            |
| Sônia Le Cocq d’Oliveira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170420</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....  | <b>297</b> |
| A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS            |            |
| Roberta Betania Ferreira Squaiella  |            |
| Roberto Righi   |            |
| Maria Victoria Marchelli  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170421</b>   |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....  | <b>312</b> |
| NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA                                     |            |
| Giselle Carvalho Leal<br>Rafael Soares Simão<br>Adriana Marques Rossetto  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170422</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....  | <b>327</b> |
| PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017 |            |
| Paulo Sergio Ramos Pinto<br>Marcos Thadeu Queiroz Magalhães   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170423</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....  | <b>350</b> |
| URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA   |            |
| Giselle Fernandes de Pinho<br>Evandro Ziggianti Monteiro<br>Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina                        |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170424</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 25</b> .....  | <b>366</b> |
| COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL          |            |
| Eveline Nunes Possignolo Costa<br>Geraldo Donizetti de Paula  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.65419170425</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 26</b> .....  | <b>374</b> |
| COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM      |            |
| Figueiredo, L. L. H.,<br>Mariano, L. N.<br>Neto, L. S. C.<br>Resende, L. G. S.  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042126</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 27</b> .....  | <b>382</b> |
| ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969   |            |
| Mario Tachini<br>Abrahão Bernardo Rohden<br>Renan Guimarães Pires Spernau   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042127</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 28</b> .....   | <b>391</b> |
| DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL  |            |
| Rafaela Benan Zara<br>Paulo Fernando Soares  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042128</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 29</b> .....   | <b>405</b> |
| VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575  |            |
| Brito, A. C.<br>Sales, E. M.<br>Aquilino, M. M.<br>Akutsu, M.  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042129</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 30</b> .....   | <b>411</b> |
| OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETO   |            |
| Thiago Martin Afonso<br>Adriana Camargo de Brito<br>Maria Akutsu   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042130</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 31</b> .....   | <b>426</b> |
| DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO  |            |
| Alexandre Cordeiro dos Santos<br>Luciana Alves de Oliveira<br>Osmar Hamilton Becere<br>Júlio Cesar Sabatini de Souza   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042131</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 32</b> .....   | <b>437</b> |
| ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO   |            |
| Francisco Ygor Moreira Menezes<br>Sara Jamille Marques de Souza<br>Felipe Fernandes Gonçalves<br>Dielho Mariano Dantas de Moura<br>Cicero Joelson Vieira Silva<br>Robson Arruda dos Santos |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042132</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 33</b> .....   | <b>448</b> |
| ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE  |            |
| Dayana Silva Moreira Gontijo<br>Jhonvaldo de Carvalho Santana<br>Andreia Alves do Prado  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042133</b>  |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 34</b> .....   | <b>462</b> |
| ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158          |            |
| Taíme da Cruz Oroski<br>José Ilo Pereira Filho   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042134</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 35</b> .....   | <b>469</b> |
| APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D <sub>A</sub> LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ   |            |
| Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana<br>Fernando Rocha Nogueira<br>Alex Kenya Abiko   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042135</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 36</b> .....   | <b>479</b> |
| APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES  |            |
| Loyane Luma Sousa Xavier<br>Rafaela Cristina Amaral<br>Abrahão Bernardo Rohden<br>Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita           |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042136</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 37</b> .....   | <b>494</b> |
| ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO |            |
| Fabiana Andresa da Silva<br>Victor José dos Santos Baldan<br>Javier Mazariegos Pablos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042137</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 38</b> .....   | <b>508</b> |
| ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL  |            |
| Luana Cechin<br>Marcio Leandro Consul de Oliveira<br>Mariane Arruda Martins<br>Olaf Graupmann                                    |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6541917042138</b>  |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....  | <b>516</b> |

## PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM

**César Henriques Matos e Silva**

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Laranjeiras, Sergipe

**RESUMO:** No início do ano de 2015, a administração da cidade de Berlim, Alemanha, iniciou um processo de participação popular com o objetivo de definir diretrizes urbanísticas para um grande e significativo espaço público no centro da cidade. Para efeito de debate público, o espaço urbano em questão foi denominado de Berliner Mitte, para o qual se buscava novas possibilidades de desenvolvimento urbanístico. O processo como um todo, denominado Dialogprozess (processo de diálogo), aconteceu ao longo do ano de 2015 e incluiu diversas etapas com formatos diferentes que, desta forma, representavam diferentes possibilidades de participação. Este artigo trata deste processo participativo, de sua estrutura e formatação, e analisa os seus resultados finais na forma de dez diretrizes que refletem, de alguma forma, o que os cidadãos berlinenses pensam sobre e desejam para o centro de sua cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** participação; centro de cidade; espaço público; Berlim.

**ABSTRACT:** At the beginning of the year 2015, the city administration of Berlin, Germany, began

a process of popular participation in order to define urban planning guidelines for a large and significant public space in the city center. For this public debate, the urban space in question was called Berliner Mitte, for which it was sought new possibilities for urban development. The process as a whole, called Dialogprozess (dialogue process), took place throughout the year 2015 and included several steps with different formats, which, in this way, represented different possibilities of participation. This article approaches this participatory process, its structure and formatting, and analyzes its final results in the form of ten guidelines, which reflects somehow what Berlin citizens think about and want to their city center.

**KEYWORDS:** participation; city center; public space; Berlin.

### 1 | INTRODUÇÃO

Gestão democrática e participação: a grosso modo, podemos afirmar que estes termos passam a estar em evidência no Brasil no contexto de redemocratização do país gradualmente a partir de 1985, após anos de governos militares com perfis ditatoriais e, mais recentemente, no bojo do fortalecimento de movimentos sociais e de cidadania, em boa parte resultantes da continuidade do regime

democrático. A despeito disso, também observamos ao longo destes anos retrocessos na cultura política de modo geral e na degradação do conceito de espaço público, evidentes na crescente desconfiança dos atores políticos institucionais.

Resultado de um estágio de pós-doutorado na Universidade Técnica de Berlim, este artigo é o relato crítico de uma experiência de planejamento participativo em Berlim, Alemanha, a qual julgamos ser uma contribuição para a realidade brasileira: por um lado, compreender como foi elaborado e implementado todo o processo de discussão e encaminhamento de propostas pelos cidadãos a respeito de uma área urbana central em Berlim de grande significado e complexidade, ou seja, sua estrutura e formatação composta por debates, oficinas e as outras formas de participação. Por outro lado, analisar os resultados finais deste processo (as dez diretrizes finais) que refletem o que pensam e desejam os cidadãos berlinenses sobre e para o centro de sua cidade.

No início do ano de 2015, a administração municipal de Berlim iniciou um processo de debate público com o objetivo de definir diretrizes urbanísticas para um grande espaço aberto no centro da cidade, localizado entre a Torre de TV (Fernsehturm), a Alexanderplatz, uma praça central extremamente significativa para a cidade, e o rio Spree (AUSWERTUNG, 2016). Neste processo, o espaço urbano em questão foi denominado de *Berliner Mitte*, para o qual se buscava novas possibilidades de desenvolvimento urbanístico.

O processo participativo, o *Dialogprozess*, foi constituído por diversas etapas em diferentes formatos que aconteceram ao longo do ano de 2015, que representaram, como veremos, diferentes possibilidades de participação e inserção do cidadão no debate.

## 2 | TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM BERLIM

A cidade de Berlim passou por transformações bastante significativas ao longo do século XX: de capital de um Estado totalitário nazista, e por isso alvo principal até os últimos momentos de uma guerra devastadora, Berlim foi símbolo da divisão ideológica entre capitalismo e socialismo por estar em meio aos dois Estados nacionais República Federal e República Democrática. Com a reunificação da Alemanha em um só Estado em 1991, a cidade de Berlim volta a ser uma só cidade, seja do ponto de vista político-administrativo na gestão e no planejamento urbanos, quanto em sua estrutura urbana, implicando em uma completa reorganização, entre outros, do sistema viário e dos serviços urbanos, como o sistema de transporte público.

Ao longo dos anos 1990 e 2000 vultosos investimentos públicos e privados foram feitos para que a cidade se adequasse à nova condição de capital de uma Alemanha reunificada, incluindo estratégias de marketing urbano. Espaços urbanos são renovados, destruídos e reconstruídos, novas centralidades são desenhadas, edificações governamentais são erigidas, enfim, Berlim passa a ser o centro das

atenções. Além do papel político-administrativo, a cidade buscou se consolidar como capital cultural, com seus museus, ópera, teatros, festivais etc. Projetos de arquitetura do chamado star system mundial são chamados para compor uma cidade espetacular.

O ideal de uma “real democratização da produção do espaço urbano” (ARANTES, *op. cit.*, p. 107), inerente a um planejamento urbano mais progressista, encabeçado por movimentos de contestação aos processos de segregação urbana e que passa pela valorização da diversidade e pela participação, é capturado naqueles primeiros anos pós-reunificação por um planejamento estratégico que busca criar um ambiente de coesão social e consenso (VAINER, 2000) e produzir uma nova urbanidade. Emblemático deste processo de “reconstrução” de Berlim, o complexo Potsdamerplatz se assemelha a um parque temático, que “só realça sua falsa condição de espaço público ‘misturado’” (ARANTES, *op. cit.*, p. 111).

Outros espaços centrais de Berlim tornaram-se bastante significativos ultimamente. Podemos aqui citar dois espaços localizados no entorno imediato da área que foi objeto do debate público: o palácio barroco dos *Hohenzollern (Berliner Stadtschloss)*, destruído em 1951 pela RDA (pois considerado símbolo da dominação monárquica e do poder financeiro), e agora reconstruído como Humboldt Forum, um centro cultural que, apesar da polêmica e dos protestos, certamente se tornará um dos edifícios mais emblemáticos do centro de Berlim. Mas, questiona Arantes (*op. cit.*, p. 150), tornar-se-á também um novo parque temático? Por outro lado, a Alexanderplatz, a principal praça central da então Berlim oriental, mantém-se como nó do transporte público e como um forte espaço de sociabilidade urbana, inclusive com problemas no âmbito da segurança pública (MAYER, 2014).

Especificamente no que diz respeito aos espaços públicos em Berlim, Guerra (2008, p. 118) afirma que, assim como em muitas cidades alemãs, “na última década e meia, (...) o planejamento urbano oficial tem investido nos espaços públicos com programas cada vez mais exigentes – seja no que se refere à diversidade formal e funcional, seja também nos cuidados e às práticas do planejamento”. No bojo de políticas urbanas neoliberais, se intensifica a produção de espaços públicos centrais em Berlim como artifício de uma encenação urbana em um mundo globalizado, como na Potsdamerplatz, ao mesmo tempo em que é parte da história da cidade o forte ativismo social e a tradição de contestação ao poder político e ao capital econômico, como por exemplo os movimentos de ocupação de edifícios vazios nos bairros de Kreuzberg e Schöneberg nos anos 70 e 80. Assim, os espaços públicos centrais são continuamente tensionados entre as demandas, de um lado, do capital globalizado que comanda a economia local e marketing urbano, e de outro lado, da sociedade civil e suas fortes pressões por maior participação nos destinos da cidade.

### 3 | O DEBATE PÚBLICO: “VELHO CENTRO, NOVO AMOR?”

É assim que, como já mencionado, em 2015 inicia-se o processo participativo denominado oficialmente “Processo de Diálogo” (*Dialogprozess*) para discutir e deliberar sobre o futuro da área em questão. Todo o material de divulgação e informativo deste processo traz como título: “Velho centro, novo amor?”. Antecedente deste debate é um antigo conflito entre os defensores da reconstrução histórica da praça e os que pedem a sua manutenção como uma área aberta, não-construída, a grosso modo defendidos, respectivamente, por moradores da antiga Berlim Ocidental e da antiga Berlim Oriental (HOMBERG, 2017).

O espaço em questão (figura 1), conforme descrito na plataforma *Stadtdebatte Berliner Mitte*, criada para hospedar na internet todas as informações sobre o processo participativo, é uma grande praça (Figuras 2 e 3), “a última região proeminente do centro, para a qual ainda não houve definição legal de diretrizes de uso e configuração formal” (AUSWERTUNG..., 2016). Está localizada na parte leste do centro da cidade, correspondente ao centro da antiga Berlim Oriental, até 1991 capital da RDA (República Democrática da Alemanha), e limitada por diversos ícones arquitetônicos e urbanísticos da cidade: a Torre de Televisão (*Fernsehturm*), com 368 m de altura, construída em 1969 e hoje um dos mais importantes símbolos da cidade; ao lado está a já mencionada *Alexanderplatz*, uma das mais importantes praças da cidade, com a estação elevada de *S-Bahn* (sistema metroviário), por onde passam 120.000 pessoas diariamente. Trata-se, portanto, de um espaço público extremamente significativo para a cidade de Berlim.



Figura 1: Vista aérea de parte do centro de Berlim. Em destaque, a área urbana objeto de discussão pública denominada Berliner Mitte. In: AUSWERTUNG, 2016.

Por se tratar de um espaço público central, o público-alvo deste processo participativo não eram apenas moradores e comerciantes da região, mas os cidadãos

de toda a cidade, segundo o Relatório Final de Avaliação (AUSWERTUNG, 2016). Neste caso, os interesses envolvidos são bem mais complexos. Em assim sendo, para além da questão local "leste x oeste", podemos ainda destacar os eventuais conflitos entre a transformação de Berlim em cidade "global", no contexto do planejamento estratégico (ARANTES, 2012), e a apropriação dos espaços urbanos pelos indivíduos, em seus processos de reprodução da vida no cotidiano.



Figura 2: Espaço público Berliner Mitte. Foto do autor, 2016.



Figura 3: Espaço público Berliner Mitte. Foto do autor, 2016.

Em espaços públicos centrais estes conflitos estão potencialmente evidentes. A cidade plural e democrática é também o espaço do conflito, onde emerge a dicotomia entre a dimensão da apropriação, na qual se desenvolvem a reprodução das relações sociais e práticas de cotidiano, e a dimensão do poder, da dominação (política e econômica). Segundo Ranciere (2018), política é quando há conflitos e este é resolvido por negociação. Por isso, em espaços e ambientes participativos, como apresentado neste artigo, os conflitos invariavelmente aparecem.

Segundo Regula Lüscher, Diretora de Obras da administração municipal, em depoimento ao Parlamento berlinense em sessão no dia 25/05/2016, o objetivo do processo participativo não era configurar espacialmente a área em nível de projeto (desenho), mas pensar conceitualmente o que deveria acontecer ali futuramente (WORTPROTOKOLL, 2016, p. 3).

O início de todo o processo deu-se a partir de uma solicitação do Parlamento de Berlim ao poder executivo em 2014, mais especificamente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (*Senat für Stadtentwicklung und Wohnen*), para que esta realizasse uma consulta pública com a população com o objetivo de pensar e deliberar sobre esta área da cidade. Também foram disponibilizados recursos financeiros para a sua realização.

Considerando que ao longo dos últimos anos a intensa discussão sobre esta e outras áreas centrais de Berlim tem acontecido basicamente entre especialistas da área (historiadores, arquitetos, urbanistas etc.), sendo difícil incluir pessoas leigas e a população em geral no debate, Lüscher relembra que havia a preocupação de se alcançar a maior diversidade possível de grupos de cidadãos, por isso o processo foi pensado com diferentes formatos de atividades para incluir pessoas de faixas etárias e origens, assim como pessoas de diferentes partes da cidade, não apenas moradores do entorno.

Nas oficinas (figura 4), por exemplo, os participantes tiveram a oportunidade de discutir os temas em pequenos grupos, enquanto que, em um ambiente virtual, o *Online-Dialog*, o cidadão podia participar desde casa. O Teatro Participativo ocorreu em praça pública e buscava atrair jovens, assim como possibilitar que as pessoas vivenciassem o espaço urbano que era objeto de discussão. Os Colóquios Técnicos reuniram especialistas na área e pessoas leigas em um mesmo espaço, com o objetivo de criar uma fundamentação e enquadramento geral para as demais discussões, essencialmente sobre a história do lugar e projetos já desenvolvidos, assim como sobre concepções para o futuro.

Todos os eventos e atividades foram abertos ao público e todo o processo completo podia ser acompanhado pela página do *Dialogprozess* (imagens, vídeos, documentos, atas, resultados): <https://www.stadtdebatten.berlin.de>.



Figura 4: Cena da 2ª oficina. Fonte: BÜRGERWERKSTATT..., 2015.

A tabela 1 mostra as etapas do Processo de Diálogo ocorridas em 2015. As 10 diretrizes finais foram aprovadas Forum de Encerramento, em novembro.

|   |
|---|
| <p>1ª FASE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferência de abertura – 18 de abril</li> <li>• 1º Diálogo Online (Online-Dialog) – 18 de abril a 18 de maio</li> <li>• 1º Colóquio técnico (Fachkolloquium) – 15 de junho</li> <li>• 2º Colóquio técnico (Fachkolloquium) – 22 de junho</li> <li>• 1º Teatro – 26 de junho</li> <li>• 1ª Oficina (Bürgerwerkstatt) – 4 de julho</li> <li>• 2º Teatro – 22 de agosto</li> <li>• Forum Intermediário (Halbzeitforum) – 5 de setembro</li> </ul> |
| <p>2ª FASE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3º Teatro – 26 de setembro</li> <li>• 3º Colóquio técnico (Fachkolloquium) – 28 de setembro</li> <li>• 2º Diálogo Online (Online-Dialog) – até 23 de outubro</li> <li>• 2ª Oficina (Bürgerwerkstatt) – 17 de outubro</li> <li>• Fórum de Encerramento (Abschlussforum) – 28 de novembro</li> </ul>  |

Tabela 1: Cronograma de atividades do Processo de Diálogo Berliner Mitte.

O perfil sociodemográfico dos participantes nos mostra que houve bem mais homens (80%) do que mulheres e houve pouca participação de pessoas jovens – a maioria estava na faixa etária dos 50 anos (BÜRGERWERKSTATT..., 2015).

Como era de se esperar, aqui uma parte significativa dos participantes tinha

algum tipo de formação na área de planejamento urbano e arquitetura: por exemplo, dos 140 participantes do 1º Colóquio Técnico, 44 tinham formação nestas duas áreas. Apenas 14 participantes se declararam como moradores ou leigos. Os demais tinham formação em diversas outras áreas como história, cultura, juventude etc. (FACHKOLLOQUIUM..., 2015).

Além disso, foi criada a figura dos “Embaixadores do diálogo” (*Dialogbotschaftler/innen*), pessoas escolhidas dentre os participantes para garantir uma transferência de conteúdo e informações de uma etapa para outra. Eles funcionariam como uma memória, sendo responsáveis por manter a continuidade dos posicionamentos tomados em cada atividade.

Ainda em 2014 também foi criada uma espécie de Conselho Curador (*Kuratorium*), formado por 15 pessoas representativas das mais diversas áreas de formação (GESCHÄFTSORDNUNG..., 2014). Como uma instância plural, constituída por pessoas com diferentes interesses, seus integrantes tinham a função de acompanhar todo o processo intensamente.

Segundo Homberg, em entrevista concedida a este autor em 21/01/2017, na época de sua realização o processo participativo foi bem avaliado por muitos participantes em virtude de sua amplitude e diversidade de momentos de discussão, e considerado algo novo na política urbana em Berlim. Entretanto, houve também críticas de que o processo foi “apressado”, pois o tempo total de 8 meses (de abril a novembro) teria sido curto demais, considerando a densidade de etapas de encontros e debates com formatos diferentes.

Segundo ela, de fato existiu uma certa sobrecarga de ações para os participantes - palestras, conferências intermediária e final, workshops etc. -, em um espaço de tempo relativamente curto, dificultando a assimilação e processamento de todos os conteúdos. Afinal, não se tratava de deliberar sobre se deveria se construir um edifício e em que local. Era um processo fortemente conceitual onde se discutiu visões de futuro. Através de diversas metodologias, meios e formatos, a organização do processo procurou diversificar as formas de transmissão de conteúdos mais específicos ou mais abstratos aos participantes, em especial aos leigos, ou seja, àqueles que não eram oriundos das áreas de urbanismo e de arquitetura, mas mesmo assim surgiram críticas que não teria sido suficiente.

O ano seguinte, 2016, foi dedicado ao aprofundamento especializado de algumas questões centrais resultantes do Processo de Diálogo, necessário para encaminhamento e aprofundamento das diretrizes. O *Kuratorium* elaborou um documento (*Prozessempfehlung*) com três encaminhamentos ao Parlamento berlinense, que foram então objeto de apreciação e aprovação por parte deste em sessão em junho de 2016: (1) aprofundamento técnico especializado de três temas principais: tráfego, clima urbano e história; (2) manter informações transparentes e assegurar a contínua participação dos cidadãos; (3) preencher com vida algumas das diretrizes gerais, no sentido de que deve implementar, dentro das possibilidades,

algumas das atividades previstas.

Desta forma fechou-se o ciclo, até aquele momento, com o entrelaçamento das diversas instâncias envolvidas no processo: a instância político-representativa (a política local, representada pelo Parlamento), a instância técnica (especialistas do planejamento urbano e da arquitetura, representantes do poder executivo), e a instância popular/cidadã, na forma da sociedade civil, organizada ou não.

#### 4 | AS DEZ DIRETRIZES FINAIS

Aqui apresentamos uma descrição e análise sucinta das dez diretrizes gerais para a área (Tabela 2), o produto final de todo o processo participativo executado ao longo do ano de 2015 e aprovadas no Forum de Encerramento. Conforme já esclarecido, estas diretrizes finais foram encaminhadas depois ao legislativo berlinense, para apreciação e aprovação, para em seguida serem encaminhadas ao executivo para desenvolvimento.

O Relatório Final de Avaliação (AUSWERTUNGSBERICHT, 2016), documento produzido em 22 de março de 2016 pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, relata e explica cada uma das diretrizes finais, como também detalha uma boa parte do processo até se chegar à escrita final, incluindo os impasses e as divergências entre os participantes. O Relatório também aponta as possibilidades concretas de implementação de cada uma das diretrizes, sugeridas pelos próprios participantes.

São dez diretrizes finais (tabela 2) que traduzem desde concepções bem abrangentes sobre o caráter do espaço urbano até premissas funcionais e de desenho urbano, como organização do tráfego e melhoria do clima urbano.

|   |
|---|
| Diretriz 1 - O Berliner Mitte é um lugar para todos. No futuro os berlinenses poderão aqui usufruir de atividades diversificadas e abertas ao público.  |
| Diretriz 2 - A história do espaço Berliner Mitte deverá ser no futuro melhor percebida e vivenciada. Através de elementos memoriais diversificados será possível compreender melhor a história do lugar.  |
| Diretriz 3 - O Berliner Mitte, em especial o espaço em frente à Prefeitura de Berlim, se abre para debates políticos como um espaço da democracia.  |
| Diretriz 4 - O Berliner Mitte será um lugar para a cultura e criatividade. Formas artísticas variadas e experimentais possibilitam vivências diversificadas e uma permanência inspiradora.  |
| Diretriz 5 - O Berliner Mitte mantém-se como um lugar público e não-comercial.  |
| Diretriz 6 - Como um „oásis verde“, o Berliner Mitte deve contribuir com o clima urbano, servir à sustentabilidade e ao descanso das pessoas.   |
| Diretriz 7 - O Berliner Mitte terá tráfego reduzido e lento, tornando-se um espaço silencioso. Também será um espaço melhor conectado com os bairros vizinhos.  |
| Diretriz 8 - No Berliner Mitte a proximidade com a água será perceptível. As margens do rio Spree deverão ser acessíveis ao público, as cascatas ao lado da torre de televisão deverão no futuro ser convidativas para a permanência das pessoas. |
| Diretriz 9 - Deverão ser mantidos os eixos visuais entre Torre de TV e rio Spree, assim como entre a Prefeitura de Berlim e a Igreja de Santa Maria.  |
| Diretriz 10 - O Berliner Mitte deverá se desenvolver continuamente. Através de usos temporários e flexíveis o lugar deverá se manter dinâmico e com capacidade de se adaptar para o futuro.   |

Tabela 2: As 10 diretrizes finais. Fonte: Auswertungsbericht, 2016

As cinco primeiras diretrizes têm um caráter fortemente conceitual enquanto as cinco últimas apresentam propostas mais práticas, se aproximando de uma dimensão projetual, de intervenção no espaço urbano. Com a ressalva da décima diretriz que, sendo mais conclusiva, volta a ser mais abrangente e ampla. E são estas que necessitam de estudos técnicos mais detalhados por parte do poder executivo (atualmente em desenvolvimento).

A diretriz 1 é bastante abrangente e pode ser entendida como a principal de todas. Ela dá o tom dos debates que encaminham o futuro deste espaço público central: as atividades e usos que ali ocorrerão deverão ser diversificadas e de acesso público, de tal forma que todas as pessoas da cidade se sintam convidadas e possam usufruir do espaço. A premissa principal é a de um espaço público que seja de fato um espaço de e para todos.

Atualmente este espaço urbano já funciona como um ponto de encontro que dispõe de uma infraestrutura pública atrativa: banheiros públicos, fontes de água, wi-fi grátis e assentos, sem barreiras físicas. Diversos grupos sociais frequentam o espaço: moradores de rua, crianças e adolescentes, visitantes e turistas, moradores dos arredores etc. Já é, portanto, um espaço de "possibilidades" e de diversidade social (AUSWERTUNGSBERICHT, op. cit., p. 7).

Por ser uma diretriz conceitual, ela abrange todo o espaço urbano em questão, mas nos debates foram ressaltados espaços pontuais que podem fortalecer determinadas atividades e usos – e que devem ser fortalecidos. Estes são microespaços que reverberam de forma emblemática na memória afetiva das pessoas e que por isso, ao serem reforçados enquanto espaços de encontro e sociabilidade, têm um grande potencial para contribuir na concretização deste diretriz. Além disso, durante os debates foram sugeridas melhorias na infraestrutura para moradores de rua (pontos de apoio de serviço social na estação de S-Bahn Alexanderplatz, por exemplo), para atividades turísticas e para a prática de esportes de rua. Estas melhorias atrairiam turistas, moradores de rua e esportistas (jovens e crianças), respectivamente, consolidando assim a diversificação do público usuário. O texto fala literalmente que "os moradores de rua e pessoas carentes são bem-vindas. Caso necessário, haverá serviços de apoio social à disposição" (AUSWERTUNGSBERICHT, op. cit., p. 7).

Outra vertente de ação seria a eventual criação de novos espaços dentro de edificações já existentes. Embora sejam ambientes fechados, estes teriam acesso público, por exemplo na sede da Prefeitura, na base da Torre de TV ou no andar térreo de edificações residenciais do entorno imediato, mas para isso são necessários estudos técnicos para a sua viabilização.

Um controverso nos debates foi o papel dos usos privados. Uma parte dos participantes entendeu que as atividades privadas também podem contribuir para a formação de um espaço plural, para todos, e que por isso não deveriam existir exclusivamente usos públicos: o pequeno comércio também contribui para melhorar

a qualidade de permanência no espaço. Chegou-se ao compromisso de que pequenos cafés e feiras temporárias são aceitáveis, mas shopping centers e outros empreendimentos privados de grande porte foram decididamente rejeitados.

No que concerne à moradia, foi unânime o entendimento de que a área deve ter moradia a preços acessíveis em seu entorno imediato. Uma minoria dos participantes, ao afinal vencida, argumentou a necessidade de novas construções de edifícios habitacionais, pois iria criar uma maior dinâmica à região e melhoraria a qualidade da permanência no espaço, especialmente se misturado com uso comercial privado. Outro argumento é de que a cidade precisava de mais moradias, de preferência a preços subvencionados. Entretanto, a maioria foi contra novas construções na área, ao entender que os atuais edifícios residenciais são suficientes e ainda existem projetos em andamento de novos empreendimentos no entorno menos imediato.

A diretriz 2 faz referência à história da cidade. A área está fortemente relacionada com a história de Berlim, pois sua localização coincide com parte do núcleo de fundação da cidade, além de conter significativos elementos arquitetônicos de diversas épocas como a Igreja de Maria (Marienkirche) (1666, restaurada no sec. XIX e em 1970), a sede da Prefeitura (Rotes Rathaus, 1869), a Torre de TV (1972). Outros objetos memoriais, não arquitetônicos, podem ser encontrados na área, como escavações arqueológicas, placas informativas e monumentos. Com esta diretriz, pretende-se tornar acessível a mais pessoas o conhecimento da história do lugar, conseqüentemente da cidade.

Da mesma maneira como assinala a diretriz 1, esta orienta-se para a área como um todo, mas também ressalta alguns elementos pontuais que possuem significado histórico especial, e por isso potencial para expandir e qualificar a leitura da história: Marienkirche, Prefeitura, torre de TV, Marx-Engels-Forum e a fonte de Netuno.

Segundo o Relatório de Avaliação (AUSWERTUNGSBERICHT, *op. cit.*, p. 11), a importância da história do lugar e a necessidade de que ela seja melhor lida e vivenciada no espaço pelos usuários foi mencionada em diversas etapas do processo. Houve controvérsias sobre como tornar “visível” a história, mas a maioria dos participantes concordou que esta questão não deve passar pela reconstrução de edifícios históricos, mas por outros meios, a exemplo de placas de informação, vestígios arqueológicos, desenhos na pavimentação ou através de exposições, por exemplo nas edificações já existentes e na base da torre de TV. Neste sentido, a reconstrução de antigas edificações com valor histórico foi recusada pela maioria dos participantes.

A dimensão política do espaço público está em evidência na diretriz 3. O espaço Berliner Mitte é entendido não apenas como um espaço para todos, como pretende a primeira diretriz, mas também onde a esfera política da vida urbana aparece como parte do cotidiano. Neste sentido, a diretriz 1 é um seu pressuposto. Assim, a área em questão deverá ser consolidada como um espaço da democracia e do debate político, onde deve acontecer o encontro e o diálogo entre os cidadãos e a política. Em especial foi citado nas discussões o espaço em frente à Prefeitura que já funciona atualmente como um local de concentração de pessoas, e por isso se oferece como um espaço

para a expressão dos interesses da sociedade berlinense através de manifestações públicas e atividades políticas de indivíduos e iniciativas coletivas.

Alguns espaços dentro do edifício da Prefeitura ou na base da Torre de TV poderiam ser disponibilizados para a realização de reuniões e eventos por associações da sociedade civil, como ONG's e iniciativas de moradores. Por tudo isso, as atividades de cunho político e cultural aqui propostas complementam as atividades sociais e comunitárias, garantindo deste modo a riqueza e diversidade de usos. A proposta de que espaços internos em edificações já existentes sejam utilizados para eventos políticos está articulada com a diretriz anterior que aponta a recusa por novas construções e o desejo de manter a área como espaço aberto, não-construído.

Muitos participantes ressaltaram a importância do significado político do lugar, muito embora tenha havido alguma divergência nos debates quanto à centralidade deste espaço para a protestos públicos, pois outros espaços centrais em Berlim são mais adequados para eventos políticos (AUSWERTUNGSBERICHT, *op. cit.*, p. 13).

Segundo a quarta diretriz, o espaço urbano em discussão deverá no futuro propiciar a cultura e a criatividade artística, reforçando Berlim como uma cidade experimental. Neste sentido, no espaço público Berliner Mitte a diversidade cultural deve ser vista e vivenciada, conforme texto aprovado pelos participantes, através de "artistas de rua, mercados, exposições, teatro e concertos", cujas apresentações e performances podem ser "inspiradores para moradores locais e turistas" (AUSWERTUNGSBERICHT, *op. cit.*, p. 14). Entende-se que o usufruto da arte não deve ser apenas diversão e entretenimento, mas tem um viés pedagógico, pois além de serem "inspiradores", estes eventos artísticos devem oferecer às pessoas a possibilidade de "aprender e se informar". Além disso, prossegue o documento, nesta área a arte e a cultura devem ser gratuitas e de livre acesso a todos, ali deve haver um clima de "abertura cultural".

Para os artistas devem estar disponíveis espaços flexíveis e ao ar livre, assim como espaços fechados, porém baratos, como ateliers temporários, espaços de exposição e de ensaios. O entendimento é que as ofertas culturais enriquecem a vida do lugar e complementam outros usos de maneira inspiradora.

Em resumo, os participantes concordaram que a área deve ser um espaço público com flexibilidade e versatilidade para diversos tipos de usos culturais e artísticos. Preferiu-se que estes usos não exijam edificações construídas, mas alguns participantes lembraram que eventualmente podem ser necessários espaços cobertos devido às condições climáticas, e neste caso deve-se recorrer a edificações já existentes.

A diretriz 5 coloca em destaque o caráter público do espaço como algo oposto ao consumo. As pessoas devem ter a possibilidade de permanecer na área sem que seja necessário ter que consumir algo, de acordo com a premissa "espaços para todos", já que a obrigação de consumo promove a exclusão de determinados grupos de usuários. As atividades devem ser gratuitas e aberta a todos, especialmente as financiadas pelo poder público. Estabelecimentos gastronômicos, como cafés, devem

ser um complemento às atividades gratuitas e contribuem para que diferentes grupos de usuários usufruam do espaço (AUSWERTUNGSBERICHT, op. cit., p. 16).

De modo geral, segundo este Relatório, esteve bastante presente em todas as etapas do processo participativo a discussão sobre o caráter comercial ou não das atividades e práticas que deverão ocorrer no espaço. Verificou-se forte rejeição por atividades comerciais que induzem ao consumo, mas houve certa controvérsia quanto ao fato de que usos privados também pertencem ao centro de Berlim e podem contribuir para a qualidade da permanência das pessoas no espaço. Foi aceito que apenas pequenos cafés nos edifícios já existentes e às margens do Spree ou feiras temporárias seriam permitidos. Houve grande resistência contra shopping centers de grandes dimensões.

Nesta discussão esteve presente novamente a questão da moradia. A região foi caracterizada como um lugar para habitação de baixo custo, mas houve controvérsia se os atuais edifícios residenciais seriam suficientes para isso. Novamente venceu a ideia de não construir novos edifícios residenciais, considerando que já existem diversos projetos em construção no entorno e que o espaço aberto existente deveria ser preservado como forma de atenuar este maior adensamento futuro. O Relatório apresenta um resumo das argumentações de participantes favoráveis e contrárias a esta diretriz: dentre os argumentos a favor, foi afirmado que um maior número de imóveis privados iria beneficiar apenas poucas pessoas, enquanto uma área com caráter público é aberta para todos e pode funcionar como lugar de encontro; além disso, a configuração espacial de espaços públicos pode ser discutida democraticamente, pela coletividade, o que não seria possível com a privatização. Dentre os argumentos contrários, colocou-se que a região em questão tem pouca vida urbana atualmente e a privatização de terrenos para investimentos pelo capital privado seria benéfica por trazer uma maior mistura de residência e trabalho. Além do mais, o surgimento de novas edificações traria mais segurança à área.

A seguir expomos de maneira mais sucinta as diretrizes 6 a 10, por serem mais concretas e técnicas, com exceção da décima que, como vimos, tem um sentido mais amplo e conceitual.

A diretriz 6 trata da dimensão ecológica e ambiental do espaço urbano. A atual cobertura vegetal deve ser mantida, contribuindo para a melhoria das condições climáticas com o intuito de que a praça, embora central, seja também um lugar de descanso e relaxamento em meio ao turbilhão do centro da cidade. O verde deve estar integrado às águas ali existentes, como o rio Spree e a fonte de Netuno. A diretriz 8 dá ênfase na relação com a água, já sugerida na sexta diretriz. Também aqui não houve muita polêmica quanto ao tema. Um elemento natural significativo é o rio Spree, que deve ser melhor conectado com a área. Houve algum tipo de discussão quanto à largura das margens urbanizadas do rio, que devem ser requalificadas.

Estas questões de cunho ambiental também se manifestam na diretriz 7, que pleiteia pela redução do tráfego veicular na área, visando a melhoria das condições

climáticas (poluição atmosférica e sonora), assim como a melhoria na circulação dos pedestres, que poderiam se deslocar pela área com mais tranquilidade e segurança. Entretanto, para além das questões ambientais e de segurança, esta diretriz também tem como objetivo fortalecer conexões espaciais, criando novas ligações entre espaços (internos e externos) e reforçar as existentes, através da redução ou desvio do tráfego em alguns pontos ou mesmo com o bloqueio de algumas vias, transformando-as em vias para pedestres e ciclistas. Prioriza-se, desta forma, as formas de mobilidade ativa (circulação a pé e por bicicletas) e as conexões com áreas vizinhas.

A diretriz 9 é um prenúncio da 10ª e última, buscando uma síntese do conjunto de ideias contidas nas diretrizes. Isso porque aqui fica evidenciada a ideia da área urbana Berliner Mitte como um conjunto urbanístico, composto por diversas camadas históricas e estilos arquitetônicos, que deve ser preservado e fortalecido. A Torre de TV, a Igreja de Maria, o Humboldt-Forum (em construção em 2016) e a Prefeitura são objetos arquitetônicos importantes neste conjunto e devem estar conectados espacialmente através de eixos visuais. Houve grande aceitação entre os participantes desta ideia de manutenção e fortalecimento dos eixos visuais (AUSWERTUNGSBERICHT, op. cit., p. 25).

A 10ª diretriz tem o objetivo de amarrar todas as demais, sendo deste modo mais conceitual: os participantes desejaram marcar a ideia de que os espaços urbanos estão sempre em transformação, e o Berliner Mitte não poderia ser diferente. Sugestões de espaços e equipamentos flexíveis (como estruturas que podem ser montadas e desmontadas) e de utilização de edifícios já existentes para acomodar usos temporários apareceram em diversos momentos na elaboração de diretrizes anteriores, e isso fica evidente e consolidado nesta diretriz. O Relatório Final esclarece que deverá ser criado uma espécie de Conselho de Gestão, formado por atores da sociedade civil, para acompanhar o desenvolvimento da área e discutir as formas de uso do espaço (AUSWERTUNGSBERICHT, op. cit., p. 26). De modo geral, não houve muitas polêmicas com relação a este tema ao longo das etapas do Processo de Diálogo, pois a ideia de um desenvolvimento processual da área e de uma gestão compartilhada sempre esteve presente.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os moradores de uma grande metrópole, ao discutir e debater sobre o futuro de um importante espaço público no centro de sua cidade, concluem que este lugar deve ser fundamentalmente um lugar da política e da cultura, pode-se depreender que a dimensão coletiva da cidade e dos espaços públicos é compreendida, por estes cidadãos, como fundamental para a vida urbana. Quando esta metrópole é Berlim, capital da Alemanha, cidade ressurgida de um longo período de fratura (urbana, político-administrativa e sócio-cultural) e, como tantas outras, capturada pelo capital global e pela política urbana neoliberal, pode-se conjecturar que este talvez seja um indicativo

de resistência. Afinal de contas, nesta condição a cidade de Berlim tem seus espaços públicos centrais continuamente tensionados, como vimos, entre as demandas, de um lado, do capital globalizado que comanda a economia e o marketing urbano, e de outro lado, da sociedade civil e suas fortes pressões por maior participação nos destinos da cidade.

Considerando a população da cidade, decerto que o processo participativo descrito neste artigo não foi representativo, como não poderia deixar de ser, assim pode-se também desconfiar de seus resultados, entendendo-os como tendo sido em parte conduzidos por grupos de participantes que podem ter tido maior presença e/ou maior poder de argumentação e persuasão nas atividades e eventos do Processo de Diálogo. De uma forma ou de outra, prevaleceu a ideia de um espaço público no centro de uma metrópole que deve ser aberto ao debate político e possibilitar a expressão cultural das pessoas e onde atividades privadas vinculadas ao consumo não devem ter muito espaço. É de se perguntar que resultados nos traria uma série de debates como este em cidades brasileiras, altamente marcadas pela segregação social e pelo cotidiano de violência e insegurança.

Como estas noções serão concretizadas na prática, caberá a arquitetos, urbanistas, mas também a políticos, já que o processo de debates, embora encaminhado em suas diretrizes fundamentais, em virtude de sua complexidade ainda não está concluído. Afinal, os participantes, em boa parte leigos, não discutiram sobre intervenções projetuais específicas, mas sobre visões de futuro – sintetizadas nas dez diretrizes finais.

Estas visões de futuro envolvem um centro de cidade que ainda é importante para as pessoas. Apesar das transformações que grandes cidades como Berlim experimentam em suas estruturas urbanas, como a policentralidade ou novas configurações tipológicas, apesar das novas formas de circulação urbana e de comunicação, afetando inclusive as modalidades de comércio e prestação de serviços, o centro da cidade ainda é compreendido como um espaço onde a história, a cultura e a política não devem estar encobertas pelo capital e pelo consumismo que, sem controle social, resultam em fenômenos de elitização ou segregação urbana. Para os participantes, o centro da cidade é importante para a coletividade e o espaço público é elemento fundamental neste contexto, tendo em vista uma vida urbana mais democrática. E que o espaço urbano é feito continuamente (em constante transformação) pelas pessoas. Estas são talvez algumas das mais interessantes avaliações deste processo.

**O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.**

**Agradecimentos à prof. Dr. Martina Löw e toda à sua equipe da cátedra de Sociologia da Arquitetura e do Planejamento, do Instituto de Sociologia da Universidade Técnica de Berlim.**

## REFERÊNCIAS

**ABSCHLUSSFORUM.** Auswertungsbericht. [Relatório final de avaliação do Forum de Encerramento de 28 de novembro de 2015]. Geschäftsstelle Berliner Mitte – Maria Brückner, Kristoff Küpper | Zebralog GmbH & Co. KG Berlin (org.), 2016.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Berlim e Barcelona:** duas imagens estratégicas. São Paulo: Annablume, 2012.

**AUSWERTUNGSBERICHT.** "Alte Mitte – neue Liebe?", Bürgerleitlinien für die Berliner Mitte. Senat für Stadtentwicklung und Umwelt. Fassung nach Senatsbeschluss vom 22. März 2016. [Relatório final de avaliação "Velho centro – novo amor?". Diretrizes para a região Berliner Mitte. Versão após deliberação do Parlamento de 22 de março de 2016]. Berlin, 2016.

**BÜRGERWERKSTATT 2 vom 17.10.2015.** Dokumentation. [Documentação da 2ª Oficina para Cidadãos de 17 de outubro de 2015]. IPG Institut für Partizipatives Gestalten (org.), 2015.

**FACHKOLLOQUIUM 1 – 15.06.2015.** Dokumentation. [Documentação do 1º Colóquio Técnico de 15 de junho de 2015]. IPG Institut für Partizipatives Gestalten (org.), 2015.

**GESCHÄFTSORDNUNG DES KURATORIUMS.** Dialogprozess „Berliner Mitte“. Senat für Stadtentwicklung und Umwelt. [Regimento do Conselho Curador do Processo de Diálogo Berliner Mitte]. 05/05/2014.

GUERRA, Max Welch. **Espaços públicos no novo Regierungsviertel alemão.** In: VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; GUERRA, Max Welch (org.). Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlin. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 117-131.

MAYER, Verena. **Herz und Stein.** Süddeutschezeitung, 14/06/2014.

**OPEN-AIR-AUSSTELLUNG "Alte Mitte – neue Liebe?"**. Dokumentation. [Documentação da Exposição ao ar livre]. Geschäftsstelle Berliner Mitte – Maria Brückner, Kristoff Küpper | Zebralog GmbH & Co. KG Berlin (org.). Berlin: Architekturvermittlung Brugger, 2015.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Ed. 34, 2018.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria.** In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2000, p. 75-103.

**WORTPROTOKOLL.** Abgeordnetenhaus Berlin, Ausschuss für Stadtentwicklung und Umwelt, [Atas de reunião, Parlamento de Berlin, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente]. 25/05/2016.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Bianca Camargo Martins** - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-265-4

